

MAQUIAVEL

NICOLÓ MACHIAVELLI

O PRÍNCIPE

AO MAGNÍFICO LORENZO DE MEDICI

CAPÍTULO XV

DAQUELAS COISAS PELAS QUAIS OS HOMENS, E
ESPECIALMENTE OS PRÍNCIPES, SÃO LOUVADOS OU
VITUPERADOS

(DE HIS REBUS QUIBUS HOMINES, ET PRAESERTIM PRINCIPES,
LAUDANTUR AUT VITUPERANTUR)

Resta ver agora quais devam ser os modos e o proceder de um príncipe para com os súditos e os amigos e, por que sei que muitos já escreveram a respeito, duvido não ser considerado presunçoso escrevendo ainda sobre o mesmo assunto, máxime quando irei disputar essa matéria à orientação já por outros dada aos príncipes. Mas, sendo minha intenção escrever algo de útil para quem por tal se interesse, pareceu-me mais conveniente ir em busca da verdade extraída dos fatos e não à imaginação dos mesmos, pois muitos conceberam repúblicas e principados jamais vistos ou conhecidos como tendo realmente existido. Em verdade, há tanta diferença de como se vive e como se deveria viver, que aquele que abandone o que se faz por aquilo que se deveria fazer, aprenderá antes o caminho de sua ruína do que o de sua preservação, eis que um homem que queira em todas as suas palavras fazer profissão de bondade, perder-se-á em meio a tantos que não são bons. Onde é necessário, a um príncipe que queira se manter, aprender a poder não ser bom e usar ou não da bondade, segundo a necessidade.

Deixando de parte, assim, os assuntos relativos a um príncipe imaginário e falando daqueles que são verdadeiros, digo que todos os homens, máxime os príncipes por situados em posição mais preeminente, quando analisados, se fazem notar por alguns daqueles atributos que lhes acarretam ou reprovação ou louvor. Assim é que alguns são havidos como liberais, alguns miseráveis (usando um termo toscano, porque "avaro" em nossa língua é ainda aquele que deseja possuir por rapina, enquanto "miserável" chamamos aquele que se abstém em excesso de usar o que possui); alguns são tidos como pródigos, alguns rapaces; alguns cruéis, alguns piedosos; um perjuro, o outro fiel; um efeminado e pusilânime, o outro feroz e animoso; um humano, o outro soberbo; um lascivo, o outro casto; um simples, o outro astuto; um duro, o outro fácil; um grave, o outro

leviano; um religioso, o outro incrédulo, e assim por diante.

Sei que cada um confessará que seria sumamente louvável encontrarem-se em um príncipe, de todos os atributos acima referidos, apenas aqueles que são considerados bons; mas, desde que não os podem possuir nem inteiramente observá-los em razão das contingências humanas não o permitirem, é necessário seja o príncipe tão prudente que saiba fugir à infâmia daqueles vícios que o fariam perder o poder, cuidando evitar até mesmo aqueles que não chegariam a pôr em risco o seu posto; mas, não podendo evitar, é possível tolerá-los, se bem que com quebra do respeito devido. Ainda, não evite o príncipe de incorrer na má faina daqueles vícios que, sem eles, difícil se lhe torne salvar o Estado; pois, se bem considerado for tudo, sempre se encontrará alguma coisa que, parecendo virtude, praticada acarretará ruína, e alguma outra que, com aparência de vício, seguida dará origem à segurança e ao bem-estar.

CAPÍTULO XVI

DA LIBERALIDADE E DA PARCIMÔNIA

(DE LIBERALITATE ET PARSIMONIA)

Começando, pois, com os primeiros dos já referidos atributos, digo que seria um bem o ser havido como liberal. Contudo, a liberalidade, usada por forma que se torne conhecida de todos, te prejudica, porque, se usada virtuosamente e como se a deve usar, ela não se torna conhecida e não conseguirás tirar de cima de ti a má fama do seu contrário; porém, querendo manter entre os homens o nome de liberal, é preciso não esquecer nenhuma espécie de suntuosidade, de forma tal que um príncipe assim procedendo consumirá em ostentação todas as suas finanças e terá necessidade de, ao final, se quiser manter o conceito de liberal, gravar extraordinariamente o povo de impostos, ser duro no fisco e fazer tudo aquilo de que possa se utilizar para obter dinheiro. Isso começará a torná-lo odioso perante o povo e, empobrecendo-o, fá-lo-á pouco estimado de todos; de forma que, tendo ofendido a muitos e premiado a poucos com essa sua liberalidade, sente mais intensamente qualquer revés inicial e periclita face ao primeiro perigo. Percebendo isso e querendo recuar, o príncipe incorre desde logo na má fama de miserável.

Um príncipe, pois, não podendo usar essa qualidade de liberal sem sofrer dano, tornando-a conhecida, deve ser prudente, deve não se preocupar com a pecha de miserável, eis que, com o decorrer do tempo, será considerado sempre mais liberal, uma vez vendo o povo que com sua parcimônia a receita lhe basta, pode defender-se de quem lhe mova guerra e tem possibilidade de realizar empreendimentos sem gravar o povo; assim agindo, vem a usar liberalidade para

com todos aqueles dos quais nada tira, que são numerosos, e a empregar miséria para com todos os outros a quem não dá, que são poucos. Nos nossos tempos não temos visto grandes realizações senão daqueles que foram havidos por miseráveis, enquanto vimos os outros serem extintos. O Papa Júlio II, como utilizou a fama de liberal para atingir ao papado, não pensou depois em conservá-la, para poder fazer guerra; o atual rei de França fez tantas guerras sem lançar um tributo extraordinário sobre seus súditos, somente porque sobrepôs sua parcimônia às despesas supérfluas. O presente rei de Espanha, se havido como liberal, não teria realizado nem vencido em tantos empreendimentos.

Portanto, um príncipe deve gastar pouco para não precisar roubar seus súditos, para poder defender-se, para não ficar pobre e desprezado, para não ser forçado a tornar-se rapace, não se importando de incorrer na fama de miserável, porque esse é um daqueles defeitos que o fazem reinar. E se alguém dissesse que César alcançou o Império pela liberalidade, sem contar muitos outros que têm sido ou são considerados liberais e atingiram altíssimos postos, eu responderia: ou tu já és príncipe ou estás em via de o ser. No primeiro caso, essa liberalidade é prejudicial, no segundo é bem necessário ser considerado liberal; e César era um daqueles que queriam ascender ao principado de Roma, mas se, depois que o alcançou, tivesse vivido e não tivesse usado comedimento nas despesas, teria destruído o Império. E se alguém replicasse que houve muitos príncipes, tidos como extremamente liberais, que realizaram grandes feitos com seus exércitos, responderia: ou o príncipe gasta do seu, ou de seus súditos, ou de outrem; no primeiro caso, deve ser parcimonioso; nos outros, não deve deixar de praticar nenhuma liberalidade.

E aquele príncipe que vai com os exércitos, que se mantém de rapinagem, de saques e de resgates, maneja bens de outros, tem necessidade dessa liberalidade porque, do contrário, não será seguido pelos soldados. E, daquilo que não é teu nem de súditos teus, podes ser o mais generoso doador, como o foram Ciro, César e Alexandre, eis que o despendar aquilo que é dos outros não te tira reputação, ao contrário, a aumenta; somente o gastar o teu é que te prejudica. E não há coisa que tanto se destrua a si mesma como a liberalidade, pois, enquanto tu a usas, perdes a faculdade de utilizá-la, tornando-te pobre e desprezado ou, para fugir à pobreza, rapace e odioso. Dentre todas as coisas de que um príncipe se deve guardar está o ser desprezado e odiado, e a liberalidade te conduz a uma e a outra dessas coisas. Portanto, é mais sabedoria ter a fama de miserável, que dá origem a uma infâmia sem ódio, do que, por querer o conceito de liberal, ver-se na necessidade de incorrer no julgamento de rapace, que cria uma má fama com

ódio.

CAPÍTULO XVII

DA CRUELDADE E DA PIEDADE; SE É MELHOR SER AMADO QUE

TEMIDO, OU ANTES TEMIDO QUE AMADO

(DE CRUELITATE ET PIETATE; ET AN SIT MELIUS AMARI QUAM TIMERI,

VEL E CONTRA)

Reportando-me às outras qualidades já referidas, digo que cada príncipe deve desejar ser tido como piedoso e não como cruel: não obstante isso, deve ter o cuidado de não usar mal essa piedade. César Bórgia era considerado cruel; entretanto, essa sua crueldade tinha recuperado a Romanha, logrando uní-la e pô-la em paz e em lealdade. O que, se bem considerado for, mostrará ter sido ele muito mais piedoso do que o povo florentino, o qual, para fugir à pecha de cruel, deixou que Pistóia fosse destruída. Um príncipe não deve, pois, temer a má fama de cruel, desde que por ela mantenha seus súditos unidos e leais, pois que, com mui poucos exemplos, ele será mais piedoso do que aqueles que, por excessiva piedade, deixam acontecer as desordens das quais resultam assassinios ou rapinagens: porque estes costumam prejudicar a comunidade inteira, enquanto aquelas execuções que emanam do príncipe atingem apenas um indivíduo. E, dentre todos os príncipes, é ao novo que se torna impossível fugir à pecha de cruel, visto serem os Estados novos cheios de perigos. Diz Virgílio, pela boca de Dido:

Res dura, et regni novitas me talia cogunt

moliri, et late fines custode tueri. (A dura condição das coisas e o fato de ser recente o meu reinado obrigam-me ao rigor e à fortificação das fronteiras)

O príncipe, contudo, deve ser lento no crer e no agir, não se alarmar por si mesmo e proceder por forma equilibrada, com prudência e humanidade, buscando evitar que a excessiva confiança o torne incauto e a demasiada desconfiança o faça intolerável.

Nasce daí uma questão: se é melhor ser amado que temido ou o contrário. A resposta é de que seria necessário ser uma coisa e outra; mas, como é difícil reuni-las, em tendo que faltar uma das duas é muito mais seguro ser temido do que amado. Isso porque dos homens pode-se dizer, geralmente, que são ingratos, volúveis, simuladores, tementes do perigo, ambiciosos de ganho; e, enquanto lhes fizeres bem, são todos teus, oferecem-te o próprio sangue, os bens, a vida, os filhos, desde que, como se disse acima, a necessidade esteja longe de ti; quando esta se avizinha, porém, revoltam-se. E o príncipe que confiou inteiramente em suas palavras, encontrando-se destituído de outros meios de defesa, está

perdido: as amizades que se adquirem por dinheiro, e não pela grandeza e nobreza de alma, são compradas mas com elas não se pode contar e, no momento oportuno, não se torna possível utilizá-las. E os homens têm menos escrúpulo em ofender a alguém que se faça amar do que a quem se faça temer, posto que a amizade é mantida por um vínculo de obrigação que, por serem os homens maus, é quebrado em cada oportunidade que a eles convenha; mas o temor é mantido pelo receio de castigo que jamais se abandona.

Deve o príncipe, não obstante, fazer-se temer de forma que, se não conquistar o amor, fuja ao ódio, mesmo porque podem muito bem coexistir o ser temido e o não ser odiado: isso conseguirá sempre que se abstenha de tomar os bens e as mulheres de seus cidadãos e de seus súditos e, em se lhe tornando necessário derramar o sangue de alguém, faça-o quando existir conveniente justificativa e causa manifesta. Deve, sobretudo, abster-se dos bens alheios, posto que os homens esquecem mais rapidamente a morte do pai do que a perda do patrimônio. Além disso, nunca faltam motivos para justificar as expropriações, e aquele que começa a viver de rapinagem sempre encontra razões para apossar-se dos bens alheios, ao passo que as razões para o derramamento de sangue são mais raras e esgotam-se mais depressa.

Mas quando o príncipe está à frente de seus exércitos e tem sob seu comando uma multidão de soldados, então é de todo necessário não se importar com a fama de cruel, eis que, sem ela, jamais se conservará exército unido e disposto a alguma empresa. Dentre as admiráveis ações de Aníbal, menciona-se esta: tendo um exército imenso, constituído de homens de inúmeras raças, conduzido a batalhar em terras alheias, nunca surgiu qualquer dissensão entre eles ou contra o príncipe, tanto na má como na boa fortuna. Isso não pode resultar de outra coisa senão daquela sua desumana crueldade que, aliada às suas infinitas virtudes, o tornou sempre venerado e terrível no conceito de seus soldados; sem aquela crueldade, as virtudes não lhe teriam bastado para surtir tal efeito e, todavia, escritores nisto pouco ponderados, admiram, de um lado, essa sua atuação e, de outro, condenam a principal causa da mesma.

Para prova de que, realmente, as outras suas virtudes não seriam bastantes, pode-se considerar o caso de Cipião, homem dos mais notáveis não somente nos seus tempos mas também na memória de todos os fatos conhecidos, cujos exércitos se revoltaram na Espanha em conseqüência de sua excessiva piedade, pois que havia concedido aos seus soldados mais liberdades do que convinha à disciplina militar. Tal fato foi-lhe censurado no Senado por Fábio Máximo, o qual chamou-o de corruptor da milícia romana. Os locrenses, tendo sido arruinados e abatidos por um legado de Cipião, não foram por ele vingados, nem a insolência

daquele legado foi reprimida, resultando tudo isso de sua natureza fácil; tanto assim que, querendo alguém desculpá-lo perante o Senado, disse haver muitos homens que melhor sabiam não errar do que corrigir os erros. Essa sua natureza teria com o tempo sacrificado a fama e a glória de Cipião, tivesse ele perseverado no comando; mas, vivendo sob o governo do Senado, esta sua prejudicial qualidade não só desapareceu, como lhe resultou em glória.

Concluo, pois, voltando à questão de ser temido e amado, que um príncipe sábio, amando os homens como a eles agrada e sendo por eles temido como deseja, deve apoiar-se naquilo que é seu e não no que é dos outros; deve apenas empenhar-se em fugir ao ódio, como foi dito.

CAPÍTULO XVIII

DE QUE MODO OS PRÍNCIPES DEVEM MANTER A FÉ DA PALAVRA

DADA

(QUOMODO FIDES A PRINCIPIBUS SIT SERVANDA)

Quando seja louvável em um príncipe o manter a fé (da palavra dada) e viver com integridade, e não com astúcia, todos compreendem; contudo, vê-se nos nossos tempos, pela experiência, alguns príncipes terem realizado grandes coisas a despeito de terem tido em pouca conta a fé da palavra dada, sabendo pela astúcia transtornar a inteligência dos homens; no final, conseguiram superar aqueles que se firmaram sobre a lealdade.

Deveis saber, então, que existem dois modos de combater: um com as leis, o outro com a força. O primeiro é próprio do homem, o segundo, dos animais; mas, como o primeiro modo muitas vezes não é suficiente, convém recorrer ao segundo. Portanto, a um príncipe torna-se necessário saber bem empregar o animal e o homem. Esta matéria, aliás, foi ensinada aos príncipes, veladamente, pelos antigos escritores, os quais descrevem como Aquiles e muitos outros príncipes antigos foram confiados à educação do centauro Quiron. Isso não quer dizer outra coisa, o ter por preceptor um ser meio animal e meio homem, senão que um príncipe precisa saber usar uma e outra dessas naturezas: uma sem a outra não é durável.

Necessitando um príncipe, pois, saber bem empregar o animal, deve deste tomar como modelos a raposa e o leão, eis que este não se defende dos laços e aquela não tem defesa contra os lobos. É preciso, portanto, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. Aqueles que agem apenas como o leão, não conhecem a sua arte. Logo, um senhor prudente não pode nem deve guardar sua palavra, quando isso seja prejudicial aos seus interesses e quando desaparecerem as causas que o levaram a empenhá-la. Se todos os homens

fossem bons, este preceito seria mau; mas, porque são maus e não observariam a sua fé a teu respeito, não há razão para que a cumpras para com eles. Jamais faltaram a um príncipe razões legítimas para justificar a sua quebra da palavra. Disto poder-se-ia dar inúmeros exemplos modernos, mostrar quantas pazes e quantas promessas foram tornadas írritas e vãs pela infidelidade dos príncipes; e aquele que, com mais perfeição, soube agir como a raposa, saiu-se melhor. Mas é necessário saber bem disfarçar esta qualidade e ser grande simulador e dissimulador: tão simples são os homens e de tal forma cedem às necessidades presentes, que aquele que engana sempre encontrará quem se deixe enganar. Não quero deixar de apontar um dos exemplos recentes. Alexandre VI jamais fez outra coisa, jamais pensou em outra coisa senão enganar os homens, sempre encontrando ocasião para assim poder agir. Nunca existiu homem que tivesse maior eficácia em asseverar, que com maiores juramentos afirmasse uma coisa e que, depois, menos a observasse; não obstante, os enganos sempre lhe resultaram segundo o seu desejo, pois bem conhecia este lado do mundo. A um príncipe, portanto, não é essencial possuir todas as qualidades acima mencionadas, mas é bem necessário parecer possuí-las. Antes, ousarei dizer que, possuindo-as e usando-as sempre, elas são danosas, enquanto que, aparentando possuí-las, são úteis; por exemplo: parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e sê-lo realmente, mas estar com o espírito preparado e disposto de modo que, precisando não sê-lo, possas e saibas tornar-te o contrário, Deve-se compreender que um príncipe, e em particular um príncipe novo, não pode praticar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons, uma vez que, freqüentemente, é obrigado, para manter o Estado, a agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião. Porém, é preciso que ele tenha um espírito disposto a voltar-se segundo os ventos da sorte e as variações dos fatos o determinem e, como acima se disse, não apartar-se do bem, podendo, mas saber entrar no mal, se necessário.

Um príncipe, portanto, deve ter muito cuidado em não deixar escapar de sua boca nada que não seja repleto das cinco qualidades acima mencionadas, para parecer, ao vê-lo e ouvi-lo, todo piedade, todo fé, todo integridade, todo humanidade, todo religião; e nada existe mais necessário de ser aparentado do que esta última qualidade. É que os homens em geral julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, porque a todos cabe ver mas poucos são capazes de sentir. Todos vêem o que tu aparentas, poucos sentem aquilo que tu és; e esses poucos não se atrevem a contrariar a opinião dos muitos que, aliás, estão protegidos pela majestade do Estado; e, nas ações de todos os homens, em especial dos

príncipes, onde não existe tribunal a que recorrer, o que importa é o sucesso das mesmas, Procure, pois, um príncipe, vencer e manter o Estado: os meios serão sempre julgados honrosos e por todos louvados, porque o vulgo sempre se deixa levar pelas aparências e pelos resultados, e no mundo não existe senão o vulgo; os poucos não podem existir quando os muitos têm onde se apoiar. Algum príncipe dos tempos atuais, que não convém nomear, não prega senão a paz e fé, mas de uma e outra é ferrenho inimigo; uma e outra, se ele as tivesse praticado, ter-lhe-iam por mais de uma vez tolhido a reputação ou o Estado.

CAPÍTULO XIX

DE COMO SE DEVA EVITAR O SER DESPREZADO E ODIADO

(DE CONTEMPTU ET ODIO FUGIENDO)

Porque falei das mais importantes das qualidades acima mencionadas, desejo discorrer rapidamente sobre as outras, sob estas generalidades: que o príncipe pense (como acima se disse em parte) em fugir àquelas circunstâncias que possam torná-lo odioso e desprezível; sempre que assim proceder, terá cumprido o que lhe compete e não encontrará perigo algum nos outros defeitos. Odioso o tornará, acima de tudo, como já disse, o ser rapace e usurpador dos bens e das mulheres dos súditos, do que se deve abster; e, desde que não se tirem nem os bens nem a honra à universalidade dos homens, estes vivem felizes e somente se terá de combater a ambição de poucos, o que se refreia por muitos modos e com facilidade. Desprezível o torna ser considerado volúvel, leviano, efeminado, pusilânime, irresoluto, do que um príncipe deve guardar-se como de um escolho, empenhando-se para que nas suas ações se reconheça grandeza, coragem, gravidade e fortaleza; com relação às ações privadas dos súditos, deve querer que a sua sentença seja irrevogável; deve manter-se em tal conceito que ninguém possa pensar em enganá-lo ou traí-lo.

O príncipe que dá de si esta opinião é assaz reputado e, contra quem é reputado, só com muita dificuldade se conspira; dificilmente é atacado, desde que se considere excelente e seja reverenciado pelos seus. Na verdade, um príncipe deve ter dois temores: um de ordem interna, de parte de seus súditos, o outro de natureza externa, de parte dos potentados estrangeiros. Destes se defende com boas armas e bons amigos; e sempre que tenha boas armas terá bons amigos. A situação interna, desde que ainda não perturbada por uma conspiração, estará segura sempre que esteja estabilizada a externa; mesmo quando esta se agite, se o príncipe organizou-se e viveu como eu já disse, desde que não desanime, resistirá a qualquer impacto, como salientei ter feito o espartano Nábis.

Mas, a respeito dos súditos, quando os negócios externos não se agitam, deve-se

temer que conspirem secretamente, contra o que o príncipe se assegura firmemente fugindo de ser odiado ou desprezado e mantendo o povo com ele satisfeito; isto é de necessidade seja conseguido, como já acima se falou longamente. Um dos mais poderosos remédios de que um príncipe pode dispor contra as conspirações é não ser odiado pela maioria, porque sempre, quem conjura, pensa com a morte do príncipe satisfazer o povo, mas, quando considera que com isso irá ofendê-lo, não se anima a tomar semelhante partido, mesmo porque as dificuldades com que os conspiradores têm de se defrontar são infinitas. Por experiência vê-se que muitas foram as conspirações mas poucas tiveram bom fim, pois quem conspira não pode ser sozinho, nem pode ter por companheiros senão aqueles que acredite estarem descontentes; mas, logo que tenhas revelado a um descontente a tua intenção, lhe dás motivo para ficar contente porque, evidentemente, ele pode daí esperar todas as vantagens; de forma que, vendo o ganho certo de um lado, sendo o outro dúbio e cheio de perigo, é preciso seja ou extraordinário amigo teu ou implacável inimigo do príncipe para manter-te a palavra empenhada.

Para reduzir o assunto a termos breves, digo que do lado do conspirador não existe senão medo, ciúme, suspeita de castigo que o atordoa; mas, do lado do príncipe, existe a majestade do principado, as leis, as barreiras dos amigos e do Estado que o defendem; conseqüentemente, somada a tais fatores a benevolência popular, é impossível exista alguém tão temerário que venha a conspirar. Isso porque, geralmente, onde um conspirador teme antes da execução do mal, se tiver o povo por inimigo, deve temer ainda mesmo depois de ocorrido o fato, não podendo por isso esperar qualquer amparo.

Deste assunto poder-se-ia citar inúmeros exemplos; porém, limito-me a apenas um, conservado pela recordação de nossos pais. Tendo sido messer Aníbal Bentivoglio, príncipe em Bolonha e avô do atual messer Aníbal, morto pelos caneschi que contra ele haviam conspirado, não restando de sua família senão messer Giovanni que era ainda criança de colo, logo após esse homicídio o povo levantou-se e matou todos os caneschi. Isso resultou da benquerença popular que a casa de Bentivoglio desfrutava naqueles tempos, benquerença essa tão grande que, não restando em Bolonha qualquer membro dessa família em condições de poder governar o Estado após a morte de Aníbal e constando haver em Florença um descendente dos Bentivoglio que se julgava até então filho de um artífice, os bolonheses foram até essa cidade e lhe confiaram o governo daquela comunidade, a qual foi por ele dirigida até que messer Giovanni atingisse a idade conveniente para governar.

Concluo, portanto, que um príncipe deve dar pouca importância às conspirações se o povo lhe é benévolo; mas quando este lhe seja adverso e o tenha em ódio, deve temer tudo e a todos. Os Estados bem organizados e os príncipes hábeis têm com toda a diligência procurado não desesperar os grandes e satisfazer o povo conservando-o contente, mesmo porque este é um dos mais importantes assuntos de que um príncipe tenha de tratar.

Entre os reinos bem organizados e governados nos nossos tempos está aquele de França. Nele existem inúmeras boas instituições, das quais dependem a liberdade e a segurança do rei; a primeira delas é o Parlamento com a sua autoridade. Aquele que organizou esse reino, conhecendo a ambição dos poderosos e a sua insolência, julgando ser necessário pôr um freio para corrigi-los e, de outra parte, por conhecer o ódio da maioria contra os grandes com base no medo, desejando protegê-la mas não querendo fosse este particular cuidado do rei, buscou dele retirar o peso da odiosidade dos grandes em sendo favorecido o povo ou deste ao dever apoiar os grandes; por isso, constituiu um terceiro juiz que fosse aquele que, sem responsabilidade do rei, contivesse os grandes e amparasse os pequenos. Essa ordem não podia ser melhor nem mais prudente, nem se pode negar seja a maior razão da segurança do rei e do reino. Daí podese extrair outra conclusão digna de nota: os príncipes devem atribuir a outrem as coisas odiosas, reservando para si aquelas de graça. Novamente concluo que um príncipe deve estimar os grandes, mas não se fazer odiado pelo povo...